

# A ECONOMIA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA: NOTAS DIDÁTICAS DA DISCIPLINA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL III

COELHO, Rodrigo Pereyra de Sousa  
Faculdade Santa Lúcia  
rp\_coelho2000@yahoo.com.br

## RESUMO

*O artigo procura discutir as etapas de política econômica adotadas durante o período 1964-1985, quando o Brasil esteve sob uma Ditadura Militar. A discussão parte das ações governamentais, avalia seu impacto, inclusive quais os principais ganhadores e perdedores decorrentes da adoção de tais políticas. A partir de 1973, com a mudança no contexto econômico internacional, o Governo tenta um novo plano de desenvolvimento, mas é incapaz de conduzir a economia conforme planejado.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Política econômica; Ditadura Militar brasileira; Formação Sócio-Histórica do Brasil.*

## INTRODUÇÃO

O curso de Serviço Social conta com quatro semestres de discussão sobre a Formação Sócio-Histórica do Brasil. Nesta matéria discutimos como aspectos históricos moldam a nossa sociedade de hoje. A ideia de Formação (em oposição à Forma) indica um processo em desenvolvimento, fugindo de uma concepção estática dos aspectos históricos voltada para fatos, nomes, datas. Assim, pretendemos nesta disciplina identificar as relações sociais que já foram superadas como predominantes no nosso país, mas ainda subsistem localizadamente; e pretendemos discutir a base econômica, as relações sociais e políticas e a vida cultural que estão na origem dos nossos atuais dilemas e desafios (GRUPPI, 1978).

Na sua terceira etapa, a disciplina discute a Ditadura Militar que perdurou entre 1964 e 1985 e o período de redemocratização subsequente. O esperado seria discutir como resquícios do período autoritário influenciam nosso cotidiano atual. Porém, em diversas manifestações políticas ocorridas em 2015 e 2016, o pedido de retorno à Ditadura foi explicitado por uma parcela dos manifestantes. Neste sentido, a matéria ganha em atualidade, pois somente o desconhecimento sobre o período permite um pedido tão absurdo.

Este artigo busca discutir um aspecto crucial do modelo de sociedade desenvolvido entre 1964 e 1985: a economia. Para isto, ele começa recuperando a ordem econômica do pós-Guerra no mundo e as motivações para o Golpe de 1º de abril, com ênfase nas justificativas econômicas. Em seguida ele discorre sobre os quatro momentos econômicos do período: o início com o Plano de Ação Econômica do Governo, o “Milagre Econômico”, e o II Plano Nacional de Desenvolvimento e o período de esgotamento. Neste último período, a Ditadura foi incapaz de manter um papel ativo na gestão econômica, fato que deixou muitos desafios a serem vencidos após a redemocratização.

Por fim, cabe destacar – como faz parte da concepção da disciplina – que os aspectos econômicos não encerram a totalidade do período. Há importantes análises discutidas na disciplina sobre cidadania, vida cultural, relações políticas, entre outras. Porém, estes temas fogem ao escopo deste artigo.

## 2. ANTECEDENTES DO GOLPE

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo capitalista desenvolvido entra numa etapa prodigiosa. Primeiramente, a enorme instabilidade gerada no período imediatamente anterior (Primeira Guerra Mundial [1914-1918], Grande Depressão [1929-1932], ascensão do fascismo e do nazismo [1936] e a própria Segunda Guerra [1939-1945]) chega ao fim, abrindo-se um período de prosperidade, redução da desigualdade e paz sem precedentes no século. Crescia a economia, os lucros, a produtividade e – a partir das lutas dos sindicatos europeus – os salários. Tudo isto num ambiente onde as inovações tecnológicas avançavam num ritmo lento, com grande estabilidade. O último salto tecnológico relevante tinha ocorrido com a 2ª Revolução Industrial, na segunda metade do século XIX, quando o petróleo e eletricidade substituíram o carvão como fonte de energia, com o desenvolvimento da indústria química, com a criação do motor a explosão, entre outros avanços (PRONI, 1997).

De imediato, após a Guerra Mundial, havia a necessidade de se bancar a reconstrução europeia – para isso, os EUA investiram no Plano Marshall, com o maior envio jamais visto de recursos financeiros para outros países. Estima-se que o plano Marshall mobilizou para a Europa e Japão, a partir de 1947, aproximadamente US\$ 13 bilhões, o que corresponderia a US\$ 130 bilhões em valores atualizados. Obviamente, estes recursos levaram à criação de empregos, aumento da renda e aumento da concorrência entre empresas europeias e norte-americanas pelos bons negócios. Um efeito colateral deste acirramento da concorrência dentro do território europeu foi a migração de capitais para a América do Sul, particularmente o Brasil, como forma de ampliar seus lucros (PRONI, 1997).

Porém, nem tudo eram flores no capitalismo desenvolvido. O sucesso econômico da União Soviética (URSS) projetava o espectro do comunismo por todo o mundo. Passa a vigorar, então, a Guerra Fria. Esta guerra foi um conflito não declarado e não explícito entre o bloco capitalista (liderado pelos EUA e abarcando a Europa Ocidental e a América Latina) e o bloco comunista (liderado pela URSS e tendo por base o Leste Europeu e grande parte da Ásia). Com isso, no mundo capitalista, o medo comunista era crescente, impulsionado pela ameaça de uma guerra nuclear entre as potências (TEIXEIRA, 1983).

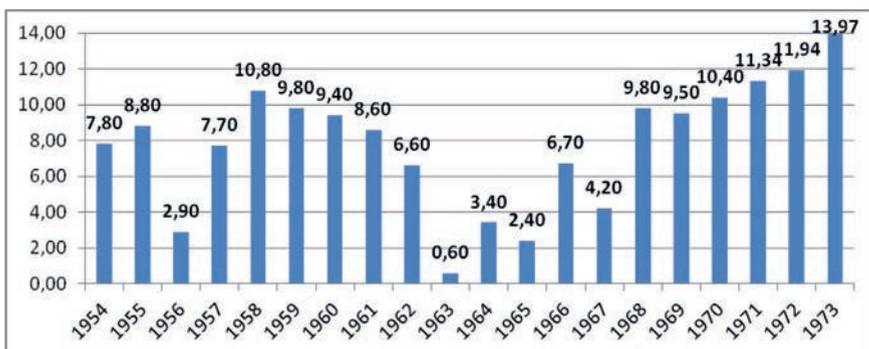
Especificamente, no caso latino-americano, havia um alinhamento quase integral aos EUA. Porém, em 1959, “[...] a Revolução Cubana inaugurou uma fase na história da esquerda latino-americana que durou até a derrota eleitoral dos sandinistas, três décadas depois. A ideia de revolução ocupou o centro do palco do teatro de esquerda” (CASTAÑEDA, 1995, p. 68).

O contexto brasileiro seguia a efervescência política observada no plano mundial. Desde 1963, o presidente era João Goulart, que assumiu após um plebiscito restaurar o presidencialismo e acabar com o breve parlamentarismo inventado como forma de acomodação para permitir a posse do sucessor de Janio Quadros. O presidente tinha uma relação conflituosa (e perdedora) com os donos do poder, como atesta Elio Gaspari:

Em fevereiro de 1954 um manifesto de coronéis tirara-o do Ministério do Trabalho. Em 1961, quando Janio Quadros renunciou, era o vice-presidente e viu-se vetado pelos ministros militares. Só assumira, depois de uma crise em que o país esteve perto da guerra civil, porque aceitara uma fórmula pela qual se fabricou um humilhante regime parlamentarista cuja essência residia em permitir que ocupasse a Presidência desde que não lhe fosse entregue o poder (GASPARI, 2002, p. 46).

Jango enfrentava grandes dificuldades no plano econômico. Para a realidade dos anos 1950 e 1960, o Produto Interno Bruto (PIB), que mede as riquezas do país, estava desacelerando numa velocidade muito grande. Como podemos ver na **Figura 1**, o primeiro ano do governo Jango é o que apresenta menor crescimento quando se pensa no período de 20 anos entre 1954 e 1973. O ano de 1964 seguia o mesmo caminho, apresentando uma melhora devido a mudança nos rumos da política governamental (IPEADATA, 2016).

**Figura 1** – Crescimento do PIB, em %, Brasil, 1954-1973.

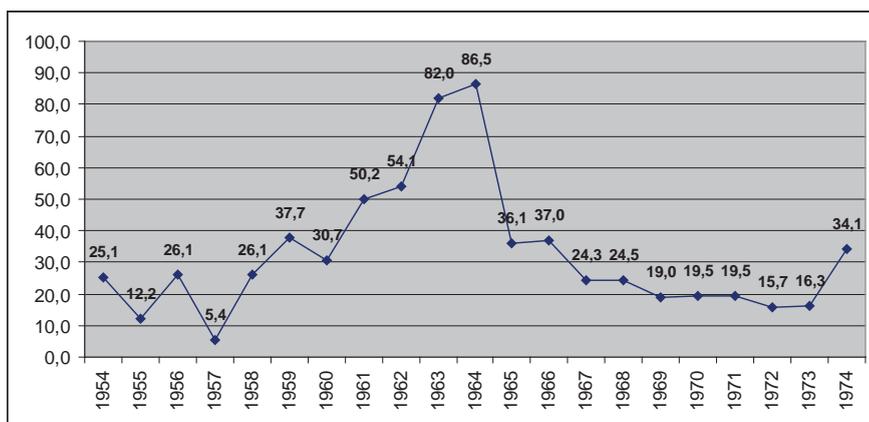


Fonte: IPEADATA (2016, s.p.).

Também a inflação estava elevada. Em 1963, o presidente Jango não deu conta de reverter a tendência de crescimento da inflação, que chegou a 80% anuais e seguia a mesma trajetória em 1964 (IPEADATA, 2016). O gráfico a seguir mostra a escalada dos preços desde o final da década de 1950.

Portanto, um crescimento de apenas 0,6% no PIB e uma inflação de quase 80% ao ano eram ingredientes econômicos que traziam grande instabilidade para o governo. Estas foram a justificativa econômica para o golpe militar. Porém, evidentemente, o maior conflito envolvido era político. Nos anos 1960, cresceu no Brasil a luta por Reformas de Base. As Reformas de Base eram um conjunto de propostas de modificações na estrutura institucional brasileira que pretendia aumentar a democratização da sociedade e diminuir a desigualdade social. Entre as reformas propostas estavam a Reforma Agrária, a reforma eleitoral, a reforma urbana, a reforma educacional, entre outras (BERCOVICI, 2014).

**Figura 2** – Índice Geral de Preços (IGP-DI)/ FGV, em %, Brasil, 1955-1973.



Fonte: IPEADATA (2016, s.p.).

No seu último discurso público, no Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, o presidente João Goulart falou destas reformas:

A reforma agrária não é capricho de um governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui no Brasil, constitui a legenda mais viva da reivindicação do nosso povo, sobretudo daqueles que lutaram no campo. A reforma agrária é também uma imposição progressista do mercado interno, que necessita aumentar a sua produção para sobreviver. [...]

Assim, a reforma agrária é indispensável não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas também para dar mais trabalho às indústrias e melhor remuneração ao trabalhador urbano. Interessa, por isso, também a todos os industriais e aos comerciantes. A reforma agrária é necessária, enfim, à nossa vida social e econômica, para que o país possa progredir, em sua indústria e no bem-estar do seu povo.

[...]

Na mensagem que enviei à consideração do Congresso Nacional, estão igualmente consignadas duas outras reformas que o povo brasileiro reclama, porque é exigência do nosso desenvolvimento e da nossa democracia. Refiro-me à reforma eleitoral, à reforma ampla que permita a todos

os brasileiros maiores de 18 anos ajudar a decidir dos seus destinos, que permita a todos os brasileiros que lutam pelo engrandecimento do país a influir nos destinos gloriosos do Brasil. Nesta reforma, pugnamos pelo princípio democrático, princípio democrático fundamental, de que todo alistável deve ser também elegível.

Também está consignada na mensagem ao Congresso a reforma universitária, reclamada pelos estudantes brasileiros. Pelos universitários, classe que sempre tem estado corajosamente na vanguarda de todos os movimentos populares nacionalistas.

[...] Dentro de poucas horas, outro decreto será dado ao conhecimento da Nação. É o que vai regulamentar o preço extorsivo dos apartamentos e residências desocupados, preços que chegam a afrontar o povo e o Brasil, oferecidos até mediante o pagamento em dólares. Apartamento no Brasil só pode e só deve ser alugado em cruzeiros, que é dinheiro do povo e a moeda deste país. (GOULART, 1964, s.p.).

E a briga não era apenas teórica. Algumas experiências radicalizavam na melhoria das condições de vida da população com a ampliação da democracia. O caso de Pernambuco era emblemático. Sobre a experiência desenvolvida pelo governador Miguel Arraes, o jornalista Antonio Callado escreveu um livro que mostra a criatividade e a força do trabalho do povo ganhando forma a partir de uma gestão onde a polícia não tinha a função primeira de reprimir os trabalhadores em sua insatisfação, onde a educação de qualidade em larga escala foi tentada, onde o Estado passou a olhar para todos os segmentos sociais (CALLADO, 1979). De maneira pouco otimista, o autor finaliza sua reportagem apontando que o Governo de Miguel Arraes:

[...] com sua administração, indagava em primeiro lugar se a democracia era possível no Brasil, se ela conseguiria absorver e utilizar mesmo as energias dos que gostariam de implantar aqui um regime totalitário – e sobreviver como democracia. Se isto fosse possível – se se pudesse eliminar a gritante injustiça social em que vivemos e manter o regime democrático – talvez víssemos o Brasil entrar na fase histórica brasileiromente, sem derramamento de sangue.

À grande tentativa que fez Arraes, a tarde de 1º de abril de 1964 respondeu já se sabe como (CALLADO, 1979, p. 179).

### 3. A ECONOMIA DA DITADURA MILITAR

Em termos econômicos, existem três movimentos importantes durante a Ditadura Militar: a) o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), onde foi aplicado um plano de estabilização e de mudanças institucionais profundas; b) o período do Milagre Econômico; e c) o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), implementado após a primeira crise do petróleo, em 1973. Estes movimentos impuseram mudanças grandes no sistema econômico brasileiro, mas fracassaram profundamente nos seus objetivos mais explícitos (crescimento econômico e controle da inflação), além de deixarem um legado de problemas que demoraram anos a serem superados. Após 1976, a política econômica entrou em uma fase de esgotamento que segue até 1985.

#### 3.1. O Plano de Ação Econômica do Governo (1964-1967)

Segundo Mario Henrique Simonsen, importante economista que serviu à ditadura, “tudo indica que a inflação galopante foi uma das razões destacadas para a Revolução [*sic!*] de 31 de março” (SIMONSEN, 1970, p. 9). Porém, uma vez no poder, uma multiplicidade de objetivos entrou na agenda governamental, o que fez com que a queda da inflação não tivesse o ritmo planejado.

Basicamente, o diagnóstico que levou ao PAEG era ortodoxo: a inflação era causada por excesso de demanda – com muitas compras por parte de famílias, empresas e governos e pouca produção, os preços tendiam a crescer – afinal a procura é maior do que a oferta; por consequência, o excesso de inflação impedia o crescimento econômico, pois não havia investimentos frente às incertezas. Nesta situação, a saída proposta era enxugar o aumento de demanda – ou seja, que os salários não aumentem (ou não aumentem tanto); que o governo corte gastos (mesmo em saúde, educação, assistência social ou obra importante); que o crédito não seja concedido às empresas (que assim não investirão). Com isso, a demanda diminui e os preços tendem a cair (MARTONE, 1975).

A partir deste diagnóstico, o PAEG articula três frentes de ação (MARTONE, 1975):

a) Corte / Diminuição do déficit público: o governo precisa diminuir seus gastos, aumentar a arrecadação e, se for necessário, se financiar de forma não inflacionária, ou seja, não emitir papel-moeda e optar por empréstimos

junto ao setor privado. Assim, o Ato Institucional nº 1 (AI-1) impediu o Congresso de opinar a respeito do orçamento, somente o Poder Executivo poderia propor aumento de despesa – com isso há menos transparência, mas maior possibilidade de ação por parte do Executivo<sup>1</sup>. Porém, esta diminuição de gastos públicos não conseguiu se efetivar por motivos políticos: uma das primeiras medidas do novo governo foi conceder aumentos reais a uma parcela do funcionalismo público (fator importante na medida em que as empresas estatais eram um pilar importante no bloco de poder pós Golpe).

b) Política salarial restritiva: Os salários não poderiam aumentar acima dos ganhos de produtividade. Com isso, seria feito a média do salário real nos últimos 24 meses que seria acrescido de uma previsão da inflação para os próximos 12 meses. Como foi possível implantar uma medida que prejudicava tanto os assalariados? O AI-1 permitiu ao governo cassar qualquer pessoa de seus direitos políticos. Isto atingiu em cheio os líderes sindicais, o que abriu espaço para a adoção das medidas de arrocho salarial sem contestação. Em 1964, as negociações salariais do setor privado eram livres, cabendo ao máximo um julgamento por parte da Justiça do Trabalho. Na maioria dos casos, o reajuste foi superior ao proposto na legislação; no caso do funcionalismo público, o aumento dado pelo governo para se legitimar dificultou o alcance da meta de corte de gastos. Em 1965, a lei foi modificada como forma de impedir aumentos superiores à média, mesmo entre trabalhadores do setor privado. Com o funcionalismo público, o aumento de 1965 foi 0%. O resultado é que o aumento salarial foi, em média, de 10%, mas a inflação do período foi de 40%, o que implicou em elevada perda do valor real dos salários.

c) Contenção do crédito: O crédito torna-se bastante restrito. Com isso, não há aumento de demanda por parte das empresas que não conseguem se autofinanciar – as pequenas e médias empresas. Em 1965, foi criada a Instrução Normativa nº 289/1965 que permitiu empréstimos em moeda estrangeira entre empresas (logo, destinado a favorecer o autofinanciamento de empresas multinacionais) cujo risco cambial era assumido pelo Governo (o pagamento do empréstimo era realizado pelo mesmo câmbio da contratação, com a diferença, caso fosse negativa, sendo coberta pelo governo). Muitas

---

<sup>1</sup> Diz o artigo 5º do AI-1: Caberá, privativamente, ao Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que criem ou aumentem a despesa pública; não serão admitidas, a esses projetos, em qualquer das Casas do Congresso Nacional, emendas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República.

pequenas e médias empresas foram à falência pela falta de crédito. Em 1965, nas eleições para governadores, o governo leva uma grande derrota, o que o faz rever a forma como lidar com os direitos políticos no Brasil, al[em de rever sua política de arrocho no crédito. Com isso, o governo afrouxa os limites do crescimento dos empréstimos para empresas em 1966. Para atender especificamente às demandas do setor agrário, o governo estabeleceu uma política de preços mínimos, que foi apontada por Simonsen (1970) como um dos fatores de expansão do crédito.

Ao mesmo tempo, o PAEG mudou a estrutura bancária brasileira para tentar fazer com que o financiamento privado passasse a ter a relevância que, até então, cabia ao financiamento estatal. O mercado de ações iria garantir a liquidez dos ativos das empresas (curto prazo); os investimentos de longo prazo ficariam a cargo de bancos de investimentos, o crédito para bens de consumo duráveis (como carros) caberia às financeiras; e os bancos comerciais financiariam o capital de giro das empresas. Ou seja, uma variedade de tipos de instituições bancárias, cada uma com uma finalidade específica. Esperava-se, assim, que o dilema do financiamento da produção fosse resolvido via mercado (GUIMARÃES, 1990).

Com isso, os índices de inflação perderam sua tendência crescente, mas ficaram muito acima do previsto no planejamento. Para Simonsen (1970), alguns aspectos explicam este fracasso:

- Inflação corretiva por conta do fim a subsídios de tarifas públicas e preços controlados (por exemplo, os aluguéis subiram mais de 110% em 1965 e mais 84% em 1966);
- Desenvolvimento de um sofisticado mercado de capitais, com diversos ramos de operações e títulos públicos. Com isso, as taxas de juros tiveram dificuldade em cair;
- A criação da correção monetária, que passou a alimentar a inflação. Porém, o autor justifica esta medida dizendo que ela era fundamental para dar credibilidade ao mercado financeiro que se planejava estruturar;
- Uma mudança nas regras do comércio exterior que facilitou a entrada de capitais e a correção do câmbio;
- O plano habitacional aqueceu o capital imobiliário e as empresas de construção civil, e o impacto na inflação foi grande.

Como a economia não é uma política governamental neutra, é sabido que suas ações levam a ganhos e perdas. Grosso modo, da descrição das medidas tomadas nos dois primeiros anos da Ditadura Militar, podemos chegar ao **Quadro 1**:

**Quadro 1** – Atores que ganharam e que perderam com as medidas econômicas do PAEG.

Ganhou	Perdeu
Empresas estatais (com aumento salarial)	Congresso (sem possibilidade de discutir orçamento)
Empresa multinacional (com a possibilidade de empréstimo em moeda estrangeira com seguro cambial garantido pelo governo)	Pequenas e médias empresas (pouco crédito)
Setor agrário (compra mínima)	Sindicalistas (com cassações do AI 1)
Aluguéis (com fim do controle de preços)	Trabalhadores (com política salarial)
Mercado de capitais (criação da correção monetária e com regulamentação da entrada de capital estrangeiro)	
Capital imobiliário e construção civil (com o BNH)	

**Fonte:** Baseado em Guimarães (1990) e Simonsen (1970)

Os resultados, como se pode ver nas **Figuras 1 e 2**, são uma reversão da tendência de crescimento da inflação, apesar desta ainda continuar em patamares elevados. Com relação ao crescimento econômico, os resultados foram instáveis, ainda abaixo do esperado. Somente com o Milagre Econômico é que se recuperaria – e superaria – o ritmo de crescimento do período JK (IPEADATA, 2016).

### 3.2 O período do Milagre Econômico (1968-1973)

Os períodos de baixo crescimento da economia eram sempre politicamente difíceis para a Ditadura Militar, pois ela precisava de apoio político que não seria conseguido num ambiente de crise econômica. Com isso, já em 1967 houve o abandono do controle dos gastos públicos e o governo passou a estimular fortemente a produção, o consumo e o crescimento econômico (MARTONE, 1975).

Em 1967, o governo aumentou a alíquota de imposto de renda, o que significou cerca de 5% a mais no bolso dos contribuintes. A agricultura também ganhou isenções fiscais relevantes para ser mais dinâmica, pois se avaliava que os preços de produtos agrícolas tinham puxado a inflação

para cima e o aumento da produção resolveria esta fonte de pressão. Houve também o alongamento do prazo para recolhimento do IPI, o que gerou mais capital de giro para o setor industrial. A partir de 1968, houve um aumento do crédito, especialmente o direto ao consumidor e à agricultura. O setor exportador também ganhou crédito fácil, além de ser estimulado pela desburocratização dos entraves (ALVES; SAYAD, 1975).

Além de diminuir impostos (para estimular o gasto das famílias), o governo passa a gastar diretamente, especialmente em:

- **Habitação:** com os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que são direcionados para o Sistema Financeiro de Habitação, há a ampliação de moradia para a classe média.
- **Infraestrutura:** Subsídios e incentivos fiscais específicos para setores econômicos e regiões do país;
- **Produção:** o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, que nos anos 1980 se transformou em BNDES, incorporando o Social ao nome) passou a emprestar mais para o setor privado.

Ou seja, o governo passou a estimular (ao contrário do que ocorreu entre 1964 e 1967) o consumo e o investimento. Os resultados positivos logo apareceram. A demanda por habitação impactou nas indústrias de cimento, material de construção, siderurgia. Num ambiente de alta concentração de renda e com farto estímulo ao crédito pessoal, o setor de bens duráveis cresceu (automóveis, eletrodomésticos). A exportação deu um impulso aos setores têxteis e de calçados (ALVES; SAYAD, 1975).

Além disto, a agricultura começou a incorporar maior mecanização, deixando sua simplicidade tecnológica para trás. Com isso, houve reflexos no setor industrial (tratores, colheitadeiras, caminhões), na produção de alimentos (no aumento da quantidade e na diminuição do preço) e na continuidade do êxodo rural (migração do campo para a cidade) e no crescimento desordenado das cidades.

Todas essas medidas deram no período conhecido como “Milagre Econômico”, de alto crescimento da economia e de baixa inflação (ver **Figuras 1 e 2**, entre 1968 e 1973). Mas, vale perceber que o “Milagre” não era decorrente apenas de uma abundância, mas também da modernização dos padrões de consumo e produção (CARDOSO DE MELLO; NOVAIS, 1998). Estes efeitos econômicos positivos foram muito importantes para dar legitimidade ao Regime político ditatorial, pois este coincidiu com a edição do Ato Institucional nº 5, que deu início ao período de maior repressão, tortura, assassinatos e violência por parte do Estado (WEIS; ALMEIDA, 1998).

Porém, no campo econômico houve problemas decorrentes da

política do “Milagre”. O financiamento do crescimento foi feito por meio de acesso a linhas de crédito externas. Ou seja, as instituições bancárias brasileiras e as grandes empresas contraíam empréstimos internacionais para financiar o consumo. Isto mostra que as instituições financeiras implementadas pelo PAEG tiveram sua finalidade deturpada, deixando de buscar poupança nacional para financiar a produção e passando a buscar capitais estrangeiros, inclusive para especular no recém criado mercado financeiro nacional (que tinha na correção monetária uma garantia contra possíveis perdas). O resultado é que a vulnerabilidade e dependência do Brasil em relação aos capitais estrangeiros aumentou. E se na época de JK os capitais estrangeiros investiam em empresas, agora eles viam na forma de empréstimos (LACERDA *et al.*, 2010).

No caso dos trabalhadores, continuou valendo a política salarial do PAEG (reajuste pela média do salário real dos últimos 24 meses). Como forma de evitar uma desvalorização adicional pela subestimação da inflação, o governo passou a incorporar o resíduo inflacionário dos últimos 12 meses na hora do reajuste. Mesmo assim, entre 1964 e 1974, o salário mínimo perdeu 42% de seu poder de compra, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). Entretanto, o salário dos trabalhadores mais qualificados (sejam administrativos ou de produção) teve quedas menores ou mesmo aumento no período (o pessoal ocupado total ganharia em média 6,3% a mais em 1972 em relação a 1964; o pessoal ocupado na produção teria em 1973 uma queda de “apenas” 10% em relação a 1964) (LACERDA *et al.*, 2010).

Como podemos refletir, apesar do elevado crescimento econômico e da modernização dos padrões de consumo, houve ganhadores e perdedores com esta política econômica. Novamente, tentamos sumarizar a situação conforme **Quadro 2**:

**Quadro 2** – Atores que ganharam e que perderam com as medidas econômicas do Milagre Econômico.

Ganhou	Perdeu
Contribuintes (com reajuste da tabela do IR)	Trabalhadores que ganham salário mínimo
Agricultores (com subsídios governamentais e com a modernização do campo)	Trabalhadores ocupados na produção
Industriais (com alongamento do prazo do recolhimento do IPI)	Cidades inchadas (com o êxodo rural)

Ganhou	Perdeu
Setor exportador (com crédito subsidiado)	Finanças Públicas
Classe Média (consumo de bens duráveis, de imóveis)	Relações financeiras com o exterior (deterioradas pela crescente vulnerabilidade de corrente do endividamento)
Trabalhadores qualificados	

**Fonte:** Baseado em Alves e Sayad (1975) e Lacerda *et al.* (2010).

### 3.3 II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1976)

A estratégia esboçada no PAEG e turbinada durante o período do Milagre Econômico conseguiu bons indicadores econômicos, mas deixou a economia muito frágil frente a possíveis turbulências externas. E elas chegaram em 1973, quando a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) decidiu aumentar abruptamente o preço do barril de petróleo – a fonte de energia mais utilizada no planeta. Era a Crise do Petróleo (PRONI, 1997).

Em 1970, o preço do barril variou entre 2 e 7 dólares, valores estáveis desde o início do século. Três anos depois, o início da crise se deu com a elevação deste preço para US\$ 17. Em 1974, o barril custou entre 12 e 39 dólares. O resultado é que a maioria dos países desenvolvidos (altamente dependentes do petróleo) puxou o freio de suas economias como forma de diminuir o consumo e pensar em alternativas energéticas. Como o petróleo é a fonte de energia mais utilizada, quanto mais uma economia cresce, mais ele é demandado. Se, por outro lado, esta economia perde força, há menos necessidade deste produto. Esta crise marca, também, o fim dos Anos Dourados do Capitalismo (PRONI, 1997).

Logo, a maioria dos países entrou em recessão. Mas o Brasil não podia se dar a este luxo, já que a Ditadura Militar tinha a sua legitimidade baseada no consumo da classe média e na incorporação, como consumidores, dos migrantes rurais que seguiam para as cidades. Uma diminuição no crescimento econômico poderia trazer problemas na manutenção do governo. Principalmente a partir de 1974, quando o presidente Geisel assume e, pressionado por organizações de direitos humanos internacionais, decide promover um processo de volta {a democracia de forma “lenta, gradual e segura” (GASPARI, 2002).

É formulado, então, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que propõe uma “fuga para a frente”, ou seja, ao invés de encolher o crescimento, o Brasil iria aprofundar o investimento público e o investimento privado subsidiado buscando concluir sua industrialização dentro dos

parâmetros da 2ª Revolução Industrial (LACERDA *et al.*, 2010).

O II PND assumia as seguintes tarefas (BRASIL, 1974):

- Ajustar a sua estrutura econômica à situação de escassez de petróleo;
- Consolidar, até o fim da década de 1970, uma sociedade industrial moderna e um modelo de economia competitiva;
- A política de energia passaria a ser peça decisiva da estratégia nacional;
- A política de Ciência e Tecnologia teve previsão de contar com Cr\$ 22 bilhões em recursos;
- A política de Integração Nacional teve previsão de contar com Cr\$ 165 bilhões em recursos;
- A ocupação produtiva da Amazônia e do Centro Oeste receberia impulso;
- A estratégia de desenvolvimento social teria por base: a) a conjugação da política de emprego com a de salário; b) uma política de valorização de recursos humanos (com educação, treinamento profissional, saúde, saneamento e nutrição); c) o fortalecimento de políticas que garantam a renda e o patrimônio do trabalhador, como o PIS, PASEP, política de habitação e de previdência social; e d) o desenvolvimento social urbano (transporte coletivo e outras);
- Na integração com a economia mundial, a prioridade seria a conquista de mercados externos para produtos primários e produtos manufaturados.

Estes objetivos foram considerados por Furtado (1981, p. 46) como “[...] corretos, se bem que pareçam envoltos na bruma de uma visão paranoica da economia brasileira [...]. Entre as grandes obras iniciadas pelo II PND destacam-se as Hidroelétricas de Itaipu/PR e Tucuruvi/PA, a Usina Nuclear de Angra I/RJ (foram contratadas também as usinas de Angra II e III), o programa Proálcool, os pólos petroquímicos de Paulínia/SP, Camaçari/BA e Triunfo/RS, o projeto de extração de petróleo em águas profundas (que deu resultados após a descoberta da Bacia de Campos, nos anos 1980). Estas obras pretendiam modificar a matriz energética brasileira, diminuindo a dependência com relação ao petróleo – além de distribuir regionalmente os grandes investimentos públicos (FURTADO, 1981).

Acrescente-se que foram abertas estradas, foram realizados investimentos em fertilizantes, cimento, papel e celulose, siderurgia, entre outros. Era a época do Brasil Grande, com muitos projetos faraônicos. Como a iniciativa privada (nacional e internacional) estava retraída, temendo os efeitos da recessão mundial, o Estado foi o grande protagonista destes investimentos, sendo financiado pelo endividamento externo. A dívida externa salta de US\$ 3 bilhões em 1964 para 12,5 bilhões, em 1973, US\$ 21,2 bilhões, em 1975, e, por fim, US\$ 43,5 bilhões, em 1978 (LACERDA *et al.*, 2010).

Apesar deste esforço, o II PND fracassou terrivelmente.

Para Lessa (1978), o plano foi lançado num momento inapropriado (internamente havia o fim do ciclo de expansão do Milagre Econômico, externamente houve a crise do petróleo). Serra (1982) também aponta que o plano não estava contextualizado na conjuntura nacional e internacional e acrescenta que o fato de ter de recorrer a empréstimos externos foi um grave problema. Lessa (1978) ainda critica o superdimensionamento dos projetos do plano, o que acarretou em desperdício e capacidade ociosa<sup>2</sup>.

Furtado (1981, p. 49) mostra que o esforço do governo em manter a inflação controlada e o desejo de consumo das classes média e alta (que legitimavam a Ditadura) acabou por destruir as contas internacionais brasileiras e “levou à quase imobilização do governo como gestor da economia”. Malan e Bonelli (1983) entenderam que o Governo fugiu do ajuste recessivo que a teoria econômica convencional indicava, pois necessitava de apoio político. Devemos lembrar que, em 1974, a Ditadura estava saindo de seu momento mais violento e ainda necessitava de legitimação, que seria perdida em caso de recessão.

### 3.4 O esgotamento econômico da Ditadura Militar (1977-1985)

O II PND fracassou de uma forma muito mais radical do que os gestores econômicos tinham previsto. O fim dos Anos Dourados do Capitalismo e a emergência de posições ligadas ao neoliberalismo trouxeram profundas mudanças, às quais os gestores econômicos brasileiros não estavam preparados para lidar. Em 1979, houve um segundo choque do Petróleo, com nova elevação do preço do barril (chegou a US\$ 80). Para fazer frente aos novos desafios, os EUA elevaram sua taxa de juros, o que levou a um efeito dominó de elevação dos juros mundiais – o que foi péssimo para todos os países devedores, o Brasil entre eles.

Para Carneiro e Modiano (1992, p. 324)

Talvez a consequência mais importante do fracasso das políticas adotadas no período 1979-80 no combate à inflação e na redução do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos tenha sido a perda de confiança no gerenciamento de curto prazo da economia.

Esse quadro levou o governo a se apoiar nas políticas ortodoxas do

---

<sup>2</sup> Vale destacar a visão de Barros de Castro e Souza (1985), que vai na contramão de todas as demais avaliações feitas. Para estes autores, a opção por aprofundar a substituição de importações foi correta. Apenas os acontecimentos do segundo choque do petróleo e a alta dos juros norte-americanos, em 1979, impediram que o país seguisse nesta direção.

Fundo Monetário Internacional (FMI), o que resultou numa política econômica de forte ajuste de gastos públicos, contenção de salários, desemprego e recessão.

Devemos destacar que à medida em que a Ditadura Militar chegava ao seu fim, a perda de apoio político ficava cada vez maior, inviabilizando que o Governo fosse capaz de reagir. Tavares e Assis (1985) chamaram o período de Administração do Caos, dada a incapacidade de contar com mecanismos mínimos de política econômica. O ministro da Fazenda Delfim Netto (o mesmo que comandou o Milagre Econômico) não conseguia organizar a economia. Dizem os autores:

Na fase do primeiro “milagre”, Delfim pôde comparar-se ao mestre de navegação que orientou as velas para colher a melhor força dos ventos internacionais, assim deixando impelir o barco da economia com força máxima. Em 1980, ele pretendeu criar o próprio vento (TAVARES; ASSIS, 1985, p.73).

A alternativa do governo foi provocar uma forte recessão interna, via arrocho de salários e contenção de gastos públicos, ao mesmo tempo em que estimulava os empresários a vender para o exterior, por meio de políticas de estímulo fiscal e de uma desvalorização cambial forte e contínua. O resultado foi uma grande recessão em 1981 (-3,1% de crescimento do PIB) e em 1983 (-2,8%), fato que não ocorria com a economia brasileira desde o fim da Grande Depressão, ainda no começo da década de 1930. Com isso, o custo social do desgoverno econômico do período foi altíssimo.

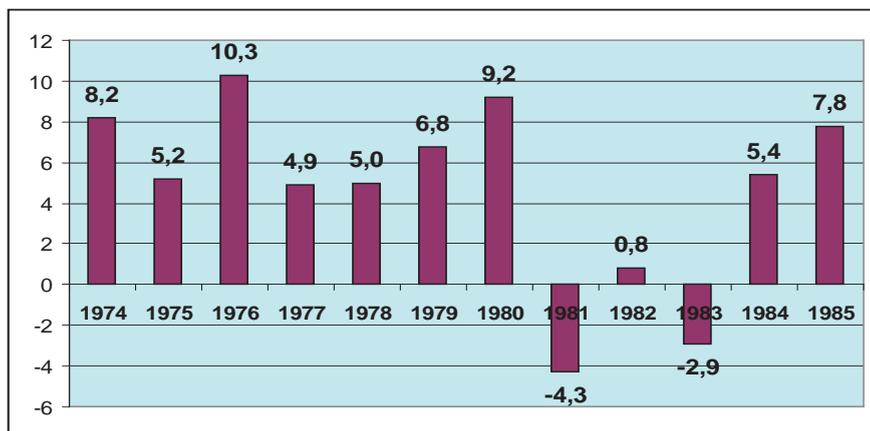
#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS FRACASSOS ECONÔMICOS DA DITADURA MILITAR**

O fracasso da economia da ditadura é evidente pelo seu final catastrófico. Em termos de índices econômicos, bastaria voltar a analisar o desempenho daqueles que influenciaram no Golpe Militar: crescimento da economia e inflação. Conforme visto no **Figura 1**, um crescimento do PIB, em 1963, inferior a 1% foi considerado uma tragédia. Nos anos finais da Ditadura, especialmente após o segundo choque do Petróleo e a elevação dos juros norte-americanos, o Brasil passa por um período recessivo consideravelmente mais grave. Ou seja, se a situação que motivou o golpe era ruim, o resultado da política econômica ditatorial foi ainda mais desastroso.

O mesmo ocorreu com a inflação. O sinal de alerta conservador acendeu quando ela estava ascendente no começo dos anos 1960, quase

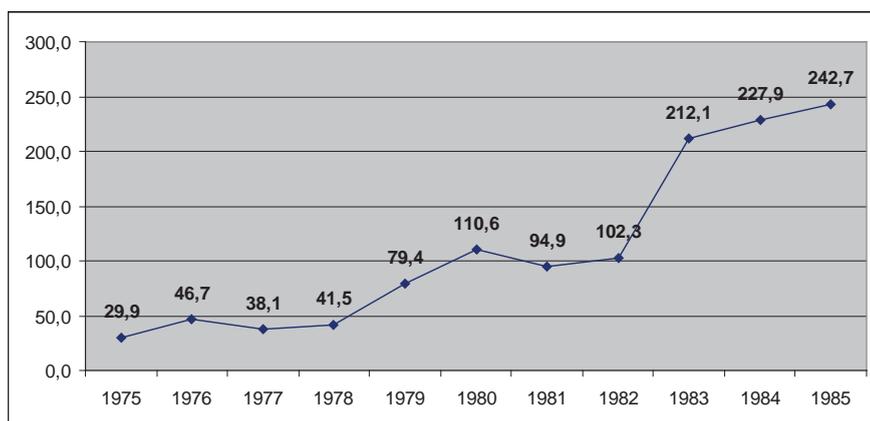
chegando a 100% ao ano. Após 1973, com o primeiro choque do petróleo, a relativamente baixa inflação (alta para nossos padrões atuais) do Milagre Econômico se perdeu. Após 1979, o descontrole foi generalizado. Mais uma vez vale o raciocínio: se quase 100% era ruim, o que dizer de um descontrole que deixa a inflação crescente a quase 250% ao ano? As **Figuras 3 e 4** trazem o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) e da inflação entre 1974 e 1985.

**Figura 3** – Crescimento do Produto Interno Bruto, em %, Brasil, 1974-1985.



Fonte: IPEADATA (2016, s.p.).

**Figura 4** – Índice Geral de Preços (IGP-DI)/ FGV, em %, Brasil, 1975-1985.



Fonte: IPEADATA (2016, s.p.).

Porém, a ditadura deixou ainda uma herança maldita muito mais grave do que a alta inflação e o baixo crescimento econômico. O que mais chama atenção é a incapacidade de apresentar propostas ou planos para melhorar esta situação ou para retomar o desenvolvimento econômico. Na verdade, a Ditadura Militar terminou seus dias sem nenhuma capacidade de reação por conta dos erros cometidos na gestão econômica (TAVARES e ASSIS, 1985). Erros estes que continuaram impedindo uma retomada econômica brasileira até 1994, quando o Plano Real foi lançado – já em um contexto internacional muito diferente.

Vejam os seguintes, a partir desta análise, os 5 erros capitais da economia da ditadura que levaram a dificuldades que, por uma década, impediram a economia brasileira a retomar uma estabilidade mínima:

a) Criação da correção monetária: Ainda no PAEG, foi criada a correção monetária. O governo queria voltar a estimular que os títulos públicos fossem atrativos – atratividade que era inexistente porque a inflação corroía seu valor real. Porém, ao longo do tempo, a correção monetária foi se espalhando para outros setores da economia, para outros contratos. O lado bom é que a correção monetária torna fácil a adaptação a uma situação de alta inflação; o lado ruim é que a correção monetária alimenta a inflação – mesmo que os custos não aumentem e não haja excesso de demanda, os preços crescem, no mínimo, o mesmo que a inflação passada. É a chamada inflação inercial (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 1983; LOPES, 1984; LARA RESENDE; ARIDA, 1984).

b) Endividamento externo: O milagre econômico e o II PND são períodos onde os empréstimos externos tiveram papel importante na balança de pagamentos brasileira. Vale destacar que, à diferença com relação ao Plano de Metas, trata-se de empréstimos financeiros e não de investimentos diretos. Enquanto houve liquidez internacional foi possível crescer com a poupança externa. Com a mudança no patamar de juros norte-americanos (1979), a situação ficou dramática. O governo precisava desesperadamente de dólares para fechar sua balança com o exterior. Mesmo com o aumento das exportações, os juros da dívida externa eram maiores. A disposição para novos empréstimos significou hipotecar, em condições ainda piores, o futuro. Para se ver como a situação era desesperadora, o governo passou a aceitar que as empresas privadas pagassem em moeda nacional as dívidas contraídas em dólares durante o Milagre Econômico. O Governo assumia a dívida externa que foi contraída por empresas privadas (num processo chamado de estatização da dívida externa). Mesmo assim, o Brasil quebrou em 1982 e, a partir de então, o FMI passou a acompanhar e, muitas vezes,

ditar a política econômica brasileira. Em 1988, o Brasil entrou em moratória (FURTADO, 1981; CRUZ, 1984).

c) Endividamento interno: O PAEG promoveu uma reforma bancária que pretendia organizar o fluxo de recursos para os investimentos (esta é a função do sistema bancário). No fundo, esta organização do mercado não deu certo e o que houve foi a multiplicação de empresas vivendo da dívida pública – especialmente na medida em que a correção monetária passou a garantir no mínimo a reposição de perdas da inflação passada. Assim, cresce o endividamento interno. E aos poucos, as empresas produtivas vão se familiarizando com instrumentos financeiros, que passam a compor as receitas das empresas de forma ampla.

d) Desmonte da capacidade de investimento das estatais: Após o II PND, a situação externa fica calamitosa. Um exemplo deste desespero foi a ordem para que as empresas estatais contratassem projetos no exterior (mesmo que não fosse prioritário ou necessário para o bom funcionamento da empresa). Por exemplo, o Brasil comprou de uma empresa privada alemã as usinas nucleares de Angra I, II e III porque o governo alemão se comprometeu a emprestar os recursos para esta compra. Assim, o governo brasileiro conseguiu dólares para fechar seu balanço com o exterior, ao mesmo tempo em que comprometia o futuro (pois teria que pagar os empréstimos em algum momento) e comprometia a capacidade de investimento das empresas estatais, como a Nuclebrás, que não tinha condições de comprar 3 usinas nucleares de uma só vez. O resultado é que até hoje somente a usina de Angra I funciona, as outras duas apodrecem no pátio do governo (TAVARES; ASSIS, 1985).

e) Incapacidade de planejamento de longo prazo: Conforme dito, houve alguma coordenação econômica até 1976, quando acabou o II PND (isto não significa que não tenha havido erros, pelo contrário). Mas após esta data, a ditadura ainda durou quase 10 anos, com o agravamento desta situação caótica descrita acima, com o crescimento inédito da inflação, com dois anos de recessão – algo que não havia no Brasil desde a crise de 1929. Durante estes dez anos, o governo vendeu o almoço para comprar o jantar, num processo simples de empurrar com a barriga os problemas econômicos fundamentais do país.

Em suma, economicamente o período autoritário buscou superar o Modelo de Substituição de Importações, diminuindo o papel do Estado no financiamento da industrialização e priorizando o capital privado. Também buscava abandonar um papel estatal ativo no direcionamento da economia, deixando que o mercado fosse capaz de promover um desenvolvimento por conta própria. Esta seria a forma encontrada pelas forças conservadoras para responder às demandas sociais surgidas da industrialização do período 1930-1960.

Esta tarefa tentou se concretizar ao longo de quatro períodos: um breve período de ajustes (1964-67), outro breve período de Milagre (1968-1973), dois anos de luta contra um contexto internacional adverso (1974-75) e dez anos de crise e instabilidade (1976-1985) – e os efeitos negativos das medidas econômicas continuou a desestabilizar a economia por mais 10 anos, até 1994. Durante este período, a ordem econômica mundial, baseada numa ativa regulamentação de mercados e fluxos financeiros, se transformou, configurando o embrião do processo de globalização que vigora desde os anos 1980.

Entretanto, deve-se notar que a tarefa de superar o Modelo de Substituição de Importações não foi bem sucedida. No último momento em que foi capaz de ter um protagonismo na condução da política econômica, o Governo Militar retomou o investimento estatal na promoção da industrialização, conforme pregado pelo modelo (BARROS DE CASTRO; SOUZA, 1985). Porém, há diferenças entre a Substituição de Importações do período 1930-1960 e a política pós 1964:

Ainda quando semelhantes na forma teriam elas conteúdo essencialmente diversos. O Estado que emerge das reformas em 1967 seria especialmente desenhado para impulsionar o processo de acumulação nacional, sustando-lhe os limites nacionalistas e redistributivos que a aliança populista buscou lhe imprimir (GUIMARÃES, 1990, p. 315).

Entretanto, a incapacidade gerencial demonstrada acabou por destruir, no longo prazo, a possibilidade de retomada do papel estatal na economia nos moldes do período 1930-1960. Assim, abriu-se a oportunidade de surgimento de um novo modelo de desenvolvimento.

Por fim, devemos refletir sobre a ilusão vendida pela Ditadura, de que um governo comandado por técnicos capacitados seria capaz de conduzir o país melhor do que se estivéssemos numa democracia, onde políticos prestam contas à população por seus atos. A Tecnocracia (governo de técnicos) teria a vantagem de aplicar as “medidas necessárias” sem considerar seus impactos políticos negativos.

O que vimos, porém, é que tanto as “medidas necessárias” não foram tão neutras assim – sempre ajudaram os mesmos e penalizaram os mesmos. Só foram mais insensíveis, pois os afetados não podiam reclamar ou reagir. E a preocupação em garantir apoio ao regime muitas vezes mudou a direção da política econômica, nem sempre no caminho mais responsável. E a “Técnica” não foi, igualmente, eficaz, já que a situação econômica do país em 1985 era muito mais precária do que a observada em 1964. Foram,

pois, 21 anos de retrocessos – e isto sem falar nas questões de cidadania, como direitos civis, direitos políticos e direitos sociais.

A avaliação do período ditatorial fortalece a certeza de que a democracia é a única via para um desenvolvimento para todos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, D.; SAYAD, J.. O Plano Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970. In Betty Mindlin Lafer, org., **Planejamento no Brasil**, 3ª ed.; São Paulo: Perspectiva, 1975.

BARROS DE CASTRO, A.; SOUZA, F. P. de. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

BERCOVICI, G.. Reformas de base e superação do subdesenvolvimento. **REB – Revista de Estudos Brasileños**, volumen 1, numero 1, 2014

BRASIL. **Ato Institucional nº 1**. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)> Acesso em outubro de 2016.

BRASIL. **Plano nacional de desenvolvimento II**. Brasília: Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1974. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF) > Acesso em agosto de 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y.. Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação. In **Anais do X Encontro Nacional de Economia**, Belém, ANPEC, dezembro 1983.

CALLADO, A.. **Tempo de Arraes: a revolução sem violência**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

CARDOSO DE MELLO, J. M.; NOVAIS, F.. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, L. (org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

CASTAÑEDA, C.. **A utopia desarmada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

CRUZ, P. D.. **Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FURTADO, C.. **O Brasil pós-Milagre**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981

GASPARI, E.. **A ditadura envergonhada** (As ilusões armadas, vol. 1). São Paulo: Companhia das Letras, 2002

GOULART, J... Discurso no comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31>> Acesso em agosto de 2016.

GRUPPI, L.. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978

GUIMARÃES, C. M.. **1964 Estado e Economia**: a nova relação. Tese de Doutorado (mimeo). Campinas: Instituto de Economia, 1990.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipeadata. **Dados macroeconômicos e regionais**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em agosto de 2016.

LACERDA, A. C. de *et al.* (orgs). **Economia brasileira**, 4ª ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

LARA RESENDE, A.; ARIDA, P. Inertial inflation and monetary reform. In: John Williamson, org. **Inflation and Indexation**: Argentina, Brazil and Israel. Cambridge: MIT Press, 1985. Originalmente apresentado em seminário em Washington, novembro 1984.

LESSA, C.. **A estratégia de desenvolvimento**: sonho e fracasso. Brasília: Funcep, 1978

LOPES, F.. Só um choque heterodoxo pode derrubar a inflação. **Economia em Perspectiva** (boletim do Conselho Regional de Economia de São Paulo), agosto 1984.

MALAN, P.; BONELLI, R.. **Crescimento Econômico, Industrialização e Balanço de Pagamentos**: O Brasil dos Anos Setenta aos Anos Oitenta. (Texto para Discussão, nº 60) Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983.

MARTONE, C.. Análise do Plano de Ação Econômica do Governo, PAEG (1964-1966). In Betty Mindlin Lafer, org., **Planejamento no Brasil**, 3ª ed.; São Paulo: Perspectiva, 1975.

PRONI, M.. História do capitalismo: uma visão panorâmica. **Cadernos do CESIT** (Texto para discussão nº 25). Campinas: IE/UNICAMP, 1997.

SERRA, J.. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. In: BELUZZO; COUTINHO (orgs). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**: Ensaios sobre a Crise. São Paulo: Brasiliense, 1982

SIMONSEN, M. H.. **Inflação**: gradualismo x tratamento de choque. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970.

TAVARES, M. da C.; ASSIS, J. C.. **O grande salto para o caos**: a economia política e a política econômica do regime autoritário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

TEIXEIRA, A.. **O movimento do industrialização nas economias capitalistas centrais no pós guerra**. Texto para Discussão 25 UFRJ/IE, 1983

WEIS, L.; ALMEIDA, M. H. T. de. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, L. (org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 1998.